

Na discussão que se segue, procuramos trabalhar algumas notas sobre a construção de uma coerência social – o poder de determinar o que faz parte, ou não, da história e da memória, a partir das ligações existentes entre uma e outra, particularmente quanto à historicidade da memória (apresentando-se, esta, diferentemente em momentos históricos distintos) e a ação da memória na própria constituição desta história (através dos processos seletivos de escolha das “memórias” que se tornam história).

**Memória: fragmentos de um processo histórico**

*Adriana Thomazotti Claro Roberto*

**Esquecimento e memória: ambigüidade e tensão**

A tensão produzida na ambigüidade memória/esquecimento marca a mitologia grega, na qual pode-se considerar a própria construção de um modo de vida como pautada nas oposições: esquecimento/morte e memória/vida, imortalidade. A possibilidade de “imortalidade”, eternidade<sup>2</sup>, mais do que imortalidade do corpo físico, estava ligada à memória (à imortalidade dos feitos); o esquecimento apresentava-se como força antagônica, o próprio irmão da morte, aquele que determina o não-ser.

Os gregos da época arcaica fizeram da Memória uma deusa, Mnemosine. Em seu reino existiam duas fontes, uma límpida, na qual está a memória (fonte de imortalidade), e o Letes, portador das águas turvas do esquecimento. Dotada tanto dos poderes do desvelamento quanto do ocultamento, Mnemosine recolhia o passado do mundo do esquecimento e o fazia presente através das vozes das nove musas que ela procriara no decurso de nove noites passadas com Zeus (Arendt, 1992).

As Musas, nomeando as coisas, traziam-nas para o presente, dando-lhes o próprio significado da existência, recordando aos homens seus heróis e seus altos feitos. Esta nomeação era determinada a partir da voz dos poetas – voz dotada do poder de imortalizar, de dar aos feitos a eternidade característica das coisas da natureza – remetendo à identificação da memória com a poesia, através da qual os feitos (os homens, em si, só poderiam ser imortalizados a partir de suas ações) efetivamente poderiam ser

<sup>2</sup> Eternidade entendida como um atributo da natureza, que, ciclicamente, sempre retorna à sua forma inicial (LeGoff, 1992: 247).



**Memória: fragmentos de um processo histórico**

Adriana Thomazotti Claro Roberto

imortalizados, porque lembrados todas as vezes que fossem rememorados: a imortalização dos feitos era a imortalização dos próprios indivíduos, mas, sobretudo, era a capacidade de dar a estes o caráter de homens – aqueles que nada deixassem de si, que não pudessem perpetuar a sua lembrança, não seriam dignos da humanidade. Para o homem grego da antigüidade, o pior dos males seria cair no esquecimento, no reino das trevas.

A grosso modo, estes “feitos”, para os gregos, seriam aquelas atividades que não estivessem voltadas à manutenção física do organismo, como por exemplo, conseguir alimentos (essas atividades, chamadas de *labor*, eram destinadas aos escravos, que não tinham estatuto de “homem”). Apenas as ações, atividades dignas de serem imortalizadas pela narração dos poetas (os grandes feitos, portanto) e o discurso, seriam capazes de revelar seu agente e imortalizá-lo na memória do grupo.

Assim, o “entrar para a história”, para os gregos, mais que resultado das ações, era um tributo dado pelo poeta: ainda que as histórias sejam decorrências inevitáveis da ação, não seria o ator, mas sim o narrador que “faria” a história<sup>3</sup>. Segundo Arendt, para os gregos, o ator não seria capaz de fazer a história porque não seria capaz, conscientemente, de suportar o ônus da irreversibilidade e da imprevisibilidade de seus atos:

*“Os homens sempre souberam que aquele que age nunca sabe exatamente o que está fazendo; que sempre vem a ser “culpado” de conseqüências que jamais desejou ou previu; que, por mais desastrosas e imprevistas que sejam as conseqüências do seu ato, jamais poderá desfazê-lo; que o processo por ele iniciado jamais termina inequivocamente num único ato ou evento, e que seu verdadeiro significado jamais se revela ao ator, mas somente à visão retrospectiva do historiador, que não participa da ação (Arendt, 1992: 246).”*

De certo modo, esta capacidade de dotar de imortalidade tal ou qual feito e, assim, tal ou qual indivíduo, permite a estrutu-

<sup>3</sup> Tal como a poesia para os gregos, a narrativa oral, como nos lembra Benjamin, é grande auxiliadora da preservação da memória. Talvez se possa dizer que as primeiras manifestações de uma noção de passado comum estejam representadas nos mitos de origem das sociedades ágrafas, seja por permitir a identificação como membros de um mesmo conjunto, seja por transmitir conhecimentos práticos, técnicos, da própria divisão de trabalho interna ao grupo. Nas sociedades modernas, ainda que a “função memória” da narrativa não seja tão evidente, ela faz-se presente, na transmissão de experiências (distantes no tempo e no espaço) de geração para geração, através, por exemplo, de lendas, fábulas e provérbios (que, comportando uma “moral da história”, trazem um conselho prático, de significado nunca diretamente desvendado, apropriável por cada um conforme as suas próprias experiências).



ração de uma memória coletiva, ou seja, de uma base de identidade do grupo, partilhada por todos os membros de dada comunidade, trazendo conseqüências para sua historicidade. Se consideramos que as ações dos homens estariam subjugadas às determinações desta memória, no sentido em que os próprios significados sociais, os elementos que dão coerência ao grupo estariam forjados na sua constituição, teríamos, então, que a capacidade de determinar o que será lembrado ou esquecido configura-se como forma de poder, seja para o período clássico, seja para o contemporâneo.

**Memória: fragmentos de um processo histórico**

*Adriana Thomazotti Claro Roberto*

**Memória individual e memória coletiva:  
duas faces de uma mesma história**

A memória, sendo processo de ressignificação do passado em função do presente, propicia ao sujeito apresentar-se dominante sobre sua experiência, retomando e reconstruindo, na sua reinterpretação, sua própria trajetória individual. Entretanto, tal trajetória não pode ser estritamente individual, já que inserida em um contexto social. Para Halbwachs (1990), as lembranças são sempre coletivas, mesmo que tratem de acontecimentos e objetos vivenciados individualmente:

*“É porque, em realidade, nunca estamos sós. Não é necessário que outros homens estejam lá, que se distingam materialmente de nós: porque temos sempre conosco e em nós uma quantidade de pessoas que não se confundem. Chego pela primeira vez a Londres, e passeio com várias pessoas, ora com um ora com outro companheiro. Tanto pode ser um arquiteto que atrai minha atenção para os edifícios (...); com um pintor sou sensível à tonalidade dos parques, à linha dos palácios, das igrejas, aos jogos de luz e sombras nas paredes e fachadas de Westminster (...). Um comerciante, um homem de negócios, me arrasta pelos caminhos populosos da cidade*



**Memória: fragmentos de um processo histórico**

Adriana Thomazotti Claro Roberto

(...). *Mas mesmo que eu não tivesse caminhado ao lado de alguém, bastaria que tivesse lido descrições da cidade (...) Não obstante, passei só apenas na aparência. Passando por Westminster, pensei no que me havia sido dito por um amigo (ou, o que dá no mesmo, no que havia lido sobre ela em uma história). (...). A primeira vez que fui a Londres, diante de Saint-Paul ou Mansion-House, sobre o Strand, nos arredores do Court's of Law, muitas impressões lembravam-me os romances de Dickens. Em todos estes momentos, em todas as circunstâncias, não posso dizer que estava só, que refletia sozinho, já que em pensamento eu me deslocava de um tal grupo para outro (...).*" (Halbwachs, 1990).

Diz o autor: "em verdade nunca estamos sós". Como ele próprio demonstra, as influências do meio social em que vive, de certa forma, não apenas o acompanham em sua visita, fazendo-o atentar e analisar o que vê de forma diferenciada, como direcionam seus interesses na cidade. Trata-se de algo maior que as preferências pessoais de um indivíduo passeando por Londres: é a expressão de sua inserção social e de sua existência em sociedade; são os conhecimentos e impressões que lhe foram por ela imputados que, gravados em sua memória, lhe dizem aonde ir.

Diante destas considerações, a própria noção de temporalidade da memória pode ser questionada: ainda que se trate da lembrança de fatos, percepções e ensinamentos ocorridos no passado, estes não são mantidos de forma isenta, ou seja, não necessariamente a lembrança deles será de acordo com o modo pelo qual eles foram vividos no passado. Pelo contrário: a memória não consiste em apenas *conservar* informações: ela extrapola a temporalidade do passado (na qual ocorreram os fatos lembrados) e do próprio presente (no qual ocorre a lembrança) propiciando uma interpretação na qual o passado promove a construção dos elementos com os quais o indivíduo, no presente, trabalhará suas lembranças, reconstruindo-as de modo que o passado não seja apenas "revivido", mas sobretudo "repensado" com as idéias e



impressões do presente, tendo este sido elaborado a partir das experiências adquiridas no próprio passado<sup>4</sup>.

Tal “direcionamento” do olhar remete não apenas às vivências sociais do indivíduo, mas às próprias características da sociedade na qual ele vive. Deve-se ter em mente, entretanto, que se trata de um fenômeno maior que a recordação de um indivíduo, mas que, todavia, não se trata tampouco **da** recordação da sociedade ou de uma entidade social específica: é o sujeito que se recorda *através* da sociedade, pela sua presença ou evocação, seja na forma de outros homens ou de suas obras.

Desta forma, um indivíduo muitas vezes atribui a si mesmo a origem de idéias, reflexões, paixões e sentimentos que na verdade lhe foram atribuídos pelo grupo, ou grupos, aos quais pertença. Para Halbwachs (1990: 47 e seguintes), esse engano seria derivado da empatia e equilíbrio entre o indivíduo e aqueles que o cercam, de forma tal que “vibram em uníssono”, perdendo a capacidade de perceber o ponto de partida das vibrações. Reflexões tomadas de jornais, livros, revistas ou mesmo de conversas informais podem ser tidas como originadas no próprio indivíduo, em um movimento no qual a memória pode mesmo estruturar a relação entre indivíduo e sociedade, fazendo com que o primeiro sintá-se realmente nela inserido.

*“Elas correspondem tão bem à nossa maneira de ver que nos espantáramos descobrindo quem é o autor, e que não somos nós. ‘Já tínhamos pensado nisso’: nós não percebemos que não somos senão um eco. Toda a arte do orador consiste talvez em dar àqueles que o ouvem a ilusão de que as convicções e os sentimentos que ele desperta neles não lhes foram sugeridos de fora, que eles nasceram deles mesmos, que ele somente adivinhou o que se elaborava no segredo de suas consciências e não lhes emprestou mais que sua voz.”* (Halbwachs, 1990: 47).

Trata-se de algo maior que simples manipulação: é a per-

### **Memória: fragmentos de um processo histórico**

Adriana Thomazotti Claro Roberto

<sup>4</sup> “A memória não é sonho, é trabalho. Se assim é, deve-se duvidar da sobrevivência do passado ‘tal como foi’, e que se daria no inconsciente de cada sujeito. A lembrança é uma imagem construída pelos materiais que estão, agora, à nossa disposição, no conjunto de representações que povoam nossa consciência atual. Por mais nítida que nos pareça a lembrança de um fato antigo, ela não é a mesma imagem que experimentamos na infância, porque nós não somos os mesmos de então e porque nossa percepção alterou-se e, com ela, nossas idéias, nossos juízos de realidade e de valor. O simples fato de lembrar o passado no presente exclui a identidade entre as imagens de um e de outro, e propõe a sua diferença em termos de ponto de vista.” (Bosi, 1979: 17).



## Memória: fragmentos de um processo histórico

Adriana Thomazotti Claro Roberto

<sup>5</sup> Para Halbwachs (1990), a própria memória individual estaria intimamente relacionada a essas referências do grupo: as lembranças guardadas seriam aquelas com maior afinidade ao grupo de pertencimento do sujeito - na época do acontecimento ou no momento de rememoração. Assim, por exemplo, em uma viagem, na qual as pessoas estivessem reunidas apenas com o propósito de viajar - não apresentem outros vínculos sociais ou de interesses - ocorreria que estas pessoas vivenciarium uma série de experiências juntas; enquanto o vínculo entre elas fosse mantido (enquanto elas permanecessem em contato após a viagem), as lembranças dos fatos estariam vivas na memória. Mas quando o vínculo se esvaísse, as pessoas tenderiam a recordar-se de momentos da viagem que lhes tivessem significado individualmente, ou seja, prescindindo da presença de outros. Desta forma, esse tipo de memória ligado ao grupo dependeria da união e da relação com esse grupo (da constituição e permanência de uma comunidade afetiva).

<sup>6</sup> É possível pressupor, assim, certo domínio do tecido social sobre o indivíduo, o que, conforme Pollak (1989/3: 3), poderia ser remetido à tradição metodológica durkheimiana: a sociedade sendo considerada anterior, superior e condicionante do indivíduo, o que permitiria dizer que os fatos, impressões e conhecimentos que lhe foram imputados no passado seriam pontos de referência empíricos da memória coletiva de determinado grupo, agindo no sentido de, estruturando a memória do

suasão que os grupos sociais, conscientemente ou não, empenham-se em sobrepor aos seus membros a fim de manter a coesão. É como se uma força superior aos indivíduos agisse sobre eles, estimulando a adesão efetiva ao grupo<sup>5</sup>, sem que, todavia, exista um movimento de imposição ou de coerção - a estruturação da memória do grupo estaria ligada às afinidades entre seus membros<sup>6</sup>.

Mas deve-se destacar que, mesmo havendo uma memória originada de um conjunto de homens, isto não significa que estes devam ter as mesmas *memórias*: existem lembranças em comum, interligadas entre si, mas cada uma destacará um aspecto do conjunto compartilhado coletivamente. Pontos de vista diferentes são passíveis de alteração conforme os indivíduos entrem em contato com outros grupos e passem a privilegiar aspectos e valores diferentes em suas existências, sem que, todavia, se perca a natureza social dos relacionamentos e da formação da memória<sup>7</sup>.

## Memória e história

Se consideramos que não há um sujeito único de conhecimento conduzindo a história, mas uma pluralidade de sentidos históricos em um embate de forças que conduzem os sujeitos (e a própria história) nos mais diferentes caminhos, a memória coletiva desempenha, nesse processo, um papel crucial: é através dela que a história se expressa em sua forma mítica, deformada, já que constitui o vivido de uma relação nunca acabada entre o presente e o passado<sup>8</sup>.

E é o fato de a memória coletiva ser sempre reconstruída nessa relação, que lhe permite fazer parte do jogo de poder, na medida em que possibilita manipulações conscientes e inconscientes - conforme interesses individuais ou coletivos - que reverberam na construção da historiografia, determinando, assim, o que é (ou pode ser) **oficialmente** "real", o que faz parte da história do grupo<sup>10</sup>.

Existem inúmeros exemplos na história de como a me-



mória de um grupo tenha sido tomada como história, adquirindo caráter oficial, mas vale a pena destacar o interessante estudo de Ginzburg (1991), no qual o autor levanta a possibilidade de que os processos de feitiçaria ocorridos entre os séculos XV e XVII por toda a Europa resultavam menos da crença das bruxas em sua própria existência do que na crença dos inquisidores de que elas realmente existissem. Deste modo, seria possível que a uniformidade das descrições de feitiçaria, rituais, e em particular o Sabá, presentes nos documentos, fosse devida ao fato de estes estarem previamente dispersos no imaginário popular (fazendo parte da memória coletiva, portanto), predispondo os inquisidores a aceitarem, no contexto desse núcleo folclórico, como verdadeiras as confissões das bruxas, conforme **suas** próprias categorias cognitivas.

Sendo os inquisidores responsáveis pela documentação dos processos, a história guardou, como “verdade”, uma caracterização do Sabá que seria, sobretudo, o resultado da conjunção das crenças populares com o posicionamento religioso e intelectual dos inquisidores, segundo a perspectiva destes últimos.

De modo semelhante, um mesmo fenômeno, em diferentes momentos históricos, pode ser trabalhado de modo diferente, criando um tipo diverso de memória, e, assim, uma vivência histórica particular de um mesmo processo. A memória dos mortos é um evento de ocorrência sub-reptícia que pode bem ilustrá-lo: desde muito cedo na Igreja desenvolveu-se o costume das orações pelos mortos<sup>11</sup>, de modo geral, estas tinham por função relembrar os benfeitores da comunidade, de quem se queria guardar memória e por quem se rezava<sup>12</sup>. Os reis, desde muitos anos antes de Cristo, já buscavam a sua perpetuação na memória da comunidade, fazendo erigir monumentos que lembrassem seus feitos, muitas vezes estando estes monumentos relacionados à memória funerária.

Do mesmo modo, fixar eventos e indivíduos na memória coletiva e, oficialmente, na história de um povo, relacionando uns e outros a uma determinada instituição política é uma prática co-

### **Memória: fragmentos de um processo histórico**

*Adriana Thomazotti Claro Roberto*

grupo, definir o que é comum a este grupo e o que o diferencia de outros, mantendo-o assim, coeso, fundamentando e reforçando os sentimentos de pertencimento e as fronteiras sócio-culturais.

<sup>7</sup> A sucessão de lembranças, mesmo daquelas que são mais pessoais, explica-se sempre pelas mudanças que produzem em nossas relações com os diversos meios coletivos, isto é, em definitivo, pelas transformações desses meios, cada um tomado à parte, em seu conjunto. (Halbwachs, 1990: 33).

<sup>8</sup> Ver: Le Goff, 1992.

<sup>9</sup> Um fato não precisa ser real para que se materialize nas mentes das pessoas: a crença na sua existência ou verossimilhança é suficiente para algo tornar-se “real” e conduzir as ações dos indivíduos em um sentido ou outro.

<sup>10</sup> O processo de conformação de uma memória coletiva, ao mesmo tempo que contribui com a formação da história, pode, muitas vezes, dela alimentar-se, ou seja, interpretar e combinar referências dessa própria história, reinterpretando o passado em função dos embates ocorridos no presente.

<sup>11</sup> Le Goff, Jacques, op. cit., pp.447 e seguintes.

<sup>12</sup> Lembrar e orar pelos benfeitores da comunidade (vivos ou mortos) tem a sua antípoda na excomunhão: segundo Le



## Memória: fragmentos de um processo histórico

Adriana Thomazotti Claro Roberto

Goff, op. cit., p.448, "De um excomungado, o sínodo de Reisbach em 798 declara: 'Que depois de sua morte não seja nada escrito em sua memória' e o sínodo de Elne, em 1027, decreta o propósito de outros condenados: 'E que seus nomes não estejam mais no altar sagrado entre os fiéis mortos.'"

A importância da memória (ou esquecimento) dos indivíduos relaciona-se à sua inserção no grupo religioso, o que, para além da questão propriamente religiosa do fogo do inferno pela excomunhão, indica a importância da memória coletiva como instrumento de coesão e identidade social.

<sup>13</sup> Pollak ressalta que estas memórias prestam-se não apenas à coesão interna do grupo: fornecem também um quadro de referências no que diz respeito à sua identidade, o que implica determinar também as justificativas que dão legitimidade às questões por ele reivindicadas (tendo-se em mente que a formação de uma memória "subterrânea" se dê em face de uma dominação considerada injusta pelo grupo, a justificação e a legitimidade de suas crenças tendem a ser priorizadas pela própria contraposição aos erros do grupo dominante).

num de diversos grupos de poder. Assim, a comemoração de dado evento pode prestar-se a manter determinada imagem nas mentes das pessoas, como pôde ser observado quando da Revolução Francesa, cujas comemorações, ao fazer parte do calendário revolucionário, serviam também a interesses nacionalistas e conservadores, por remeter a um símbolo já presente na memória coletiva.

*"Se os revolucionários querem festas comemorando a revolução, a maré da comemoração é sobretudo um apanágio dos conservadores e ainda mais dos nacionalistas, para quem a memória é um objetivo e um instrumento de governo. Ao 14 de julho republicano a França católica e nacionalista acrescenta a celebração de Joana d'Arc". (Le Goff, Jacques, op. cit., p.463.)*

## Instrumento de poder

Se a memória pode ser o fruto de relações harmônicas entre os membros de um determinado grupo, por outro lado, pode ser trabalhada como um importante instrumento na luta das forças sociais, agindo não apenas sobre a lembrança, mas também sobre o esquecimento. Lembrança e esquecimento configuram-se, assim, como as duas faces de um processo marcado por tensão e ambigüidade; duas forças estruturantes do próprio contexto social.

*"A memória é um elemento essencial do que se costuma chamar **identidade**, individual e coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje, na febre e na angústia". (Le Goff, 1992: 476).*

A memória coletiva – formada de episódios que fazem parte da construção da identidade – tende a provocar sentimentos ambivalentes, seja entre os grupos, seja em um mesmo indivíduo<sup>13</sup>. A coerência do discurso (do indivíduo e do grupo) construído no contexto desta memória, torna-se, assim, ainda mais comple-



xa, já que não se pode esquecer que, ainda que a memória individual seja geralmente constituída por elementos da memória comum ao grupo, esta é formada por memórias individuais, de sujeitos cujos sentimentos estão, normalmente, para além da simples necessidade de construção de identidade e coesão social<sup>14</sup>.

É nesse sentido que a memória coletiva adquire um papel de instrumento do jogo de poder. As próprias formas de transmissão de informações podem ser manipuladas de modo a “controlar” a memória que será formada e, conseqüentemente, a construção mesma da identidade do grupo envolvido, bem como de sua historicidade.

Em sociedades que já dominavam a escrita, mas esta não era ainda amplamente difundida, as memórias oral e escrita quase que se confundiam em sua essência, ou seja, de certa forma eram limitadas pela capacidade que indivíduos e sociedade tinham de registrar de forma mnemônica ou manuscrita. Com o advento da imprensa, houve não apenas ampliação da difusão do conhecimento, mas da própria memória coletiva; os homens passaram a ter contato cada vez maior com a informação.

*“Com o impresso... não só o leitor é colocado em presença de uma memória coletiva enorme, cuja matéria não é mais capaz de fixar integralmente, mas é freqüentemente colocado em situação de explorar textos novos. Assiste-se então à exteriorização progressiva da memória individual; é do exterior que se faz o trabalho de orientação que está escrito no escrito” (Le Goff, 1992: 457).*

Se houve uma “democratização” do conhecimento, por outro lado, este foi também superficializado; as quantidades crescentes de informações que chegam aos indivíduos tenderiam a diminuir a sua seletividade, bem como o discernimento das questões. O avanço dos meios de comunicação poderia, assim, fazer diminuir a necessidade do pensar, bastando assimilar as informações.

### **Memória: fragmentos de um processo histórico**

*Adriana Thomazotti Claro Roberto*

<sup>14</sup> “Pode-se imaginar para aqueles cuja vida foi marcada por múltiplas rupturas e traumatismos, a dificuldade colocada por este trabalho de construção de uma coerência e de uma continuidade de sua própria história. Assim como as memórias coletivas e a ordem social que elas contribuem para constituir, a memória individual resulta da gestão de um equilíbrio precário, de um sem-número de contradições e de tensões.” Pollak, Michael; op. cit., p.13.



**Memória: fragmentos de um processo histórico**

Adriana Thomazotti Claro Roberto

*“Os mídia constituem o melhor sistema de informação que se pode conceber. Uma trama cerrada que cobre a superfície do globo, capta e transmite imediatamente o fato. Pesquisadores e jornalistas mergulham nos problemas que surgem no seio das sociedades. A todo instante, temos a possibilidade de ver/saber o que está acontecendo. Podemos ter, diariamente, conhecimento da história que se está realizando. O planeta Terra tornou-se a laranja azul que podemos contemplar a todo momento”.* (Morin, 1986: 31).

O avanço dos meios de comunicação propiciou a superabundância de informações, o que não está necessariamente relacionado à qualidade, já que a quantidade acaba por superar a capacidade de perceber, discernir, analisar essas informações. Está-se, então, a meio passo da banalização dos fatos a que se tem acesso<sup>15</sup>.

A compreensão e a comprovação dos fatos pode ser substituída pelas imagens visuais através, primeiramente, da fotografia (que, segundo Le Goff, revolucionou a memória no final do século XIX e começo do século XX, multiplicando-a e democratizando-a através da precisão e da aparência de “verdade visual” que imputa aos fatos) e em seguida do cinema, da televisão, que permitem “visualizar” a memória do tempo e da evolução cronológica dos fatos.

Este é um fenômeno que interfere na memória coletiva não apenas ampliando-a, mas também aumentando as possibilidades de sua manipulação: através dos meios de comunicação as informações que chegam aos indivíduos podem ser selecionadas, metamorfoseando a sua condição de sujeitos de sua própria memória enquanto memória do grupo.

Nesse processo, apenas alguns aspectos da sociedade são privilegiados na formação da memória coletiva e da própria história oficial. Entretanto, o fato de que uma perspectiva diferente não tenha sido evidenciada, seja no processo historiográfico ou na

<sup>15</sup> “(...) as fortes imagens de fomes, desgraças, desmoronamentos, desastres voltam todos os dias, como aconteceu durante a guerra do Vietnã, como acontece, no momento que escrevo, no Camboja, no Afeganistão. (...) elas se saturam e nos saturam, banalizam-se”. (Morin, 1986: 31).



memória coletiva predominantemente conformada – não quer significar que esta tenha desaparecido; ela permanece, mas nos relatos daqueles que não foram privilegiados pela historiografia tradicional: os excluídos, os marginalizados, as minorias, continentes das “memórias subterrâneas” que se opõem e subsistem à “memória oficial”.

### Diferentes grupos, diferentes memórias

Vale a pena destacar que a tendência a “reabilitar” as ditas “memórias subterrâneas” não é um processo isolado, mas acompanha um movimento de “renovação” da história, particularmente no que concerne à chamada história oficial. Nesse processo é criticada de um lado a noção de continuidade de uma história de caráter linear, e, de outro, uma história global, europeizada, que não considera verdadeiramente os aspectos e peculiaridades da história não-européia, a não ser quando em relação com o próprio continente<sup>16</sup>. A crítica a uma história global passa pela crítica a uma noção de continuidade histórica, continuidade esta que, em momentos de crise, poderia ser rompida, dando lugar às memórias marginais, que haviam permanecido fazendo a história, mas de uma forma, até então, quase imperceptível: no silêncio.

O esquecimento pode ser uma arma todas as vezes que houver uma “escolha”, no sentido de decidir quais serão as perspectivas e os fatos privilegiados no presente e no futuro. Em geral, este é um subterfúgio das classes dominantes. Deste modo, a voz dos marginalizados, sejam eles as mulheres, os loucos, as crianças, as oposições das forças políticas dominantes, ou outros, permanece inaudível; o que não significa que esteja calada. A retomada da história dos excluídos pela chamada “nova história” é a prova de que essas histórias sempre existiram: a memória coletiva desses grupos é em grande parte responsável pela manutenção e permanência dos sons que a memória oficial quis fazer calar. O que a memória oficial cunha corresponderá à história oficial, que, por sua vez, será ministrada nas escolas e difundida conforme a

### Memória: fragmentos de um processo histórico

Adriana Thomazotti Claro Roberto

<sup>16</sup> Não há intenção, neste trabalho, de dissertar quanto às características, críticas e modificações trazidas pelos novos conceitos de história. Para maiores informações, ver, entre outros: Foucault, Michel, op. cit., ; Foucault, Michel, *Nietzsche, a Genealogia e a História* “In: *Microfísica do Poder*, Rio de Janeiro, Graal, 1979 e Arendt, Hannah, *Entre o Passado e o Futuro*. São Paulo, Perspectiva, 1972.



**Memória: fragmentos de  
um processo histórico**

*Adriana Thomazotti Claro Roberto*

ideologia dominante.

Mas a coerção das forças dominantes não é o único fator para silenciar os excluídos: quando pensamos em “memórias subterrâneas” não devemos esquecer que elas se encontram nessa condição de confinamento, no silêncio, por força de sua situação de subordinação a uma ordem dominante. Não raro, essa subordinação estará relacionada à humilhação e aos traumas sofridos por esses grupos. Não falar é não lembrar, não tocar em feridas que se mantêm abertas.

Deve-se destacar, entretanto, que o silêncio tem suas próprias maneiras de comunicação: o não-dito esconde e revela tantos segredos quanto o que é dito abertamente, e, sobretudo, não se confunde com o esquecimento. O que não pode ser dito não implica que não possa ser lembrado no interior de cada indivíduo, e, tampouco, que não possa ser dividido entre os membros do grupo relacionados àquilo que a ordem dominante manda esquecer.

*“A fronteira entre o dizível e o indizível, o confessável e o inconfessável, separa (...) uma memória coletiva subterrânea da sociedade civil dominada ou de grupos específicos, de uma maneira coletiva organizada que resume a imagem que uma sociedade majoritária ou o Estado desejam passar e impor”.*  
(Pollak, 1989/3: 9).

O grande problema que se põe para as memórias não-oficiais é a questão de manterem-se o mais fiel possível à sua história original no correr dos anos em que se deve manter na clandestinidade; essas forças, por mais reprimidas que sejam, guardam em si um potencial, um grito, que só espera o momento oportuno para fazer-se ouvir e que pode minar, pouco a pouco, a credibilidade da memória oficial, já que a manutenção de toda ideologia implica esforços de coerência nem sempre facilmente levados a contento ao longo dos anos.

As lembranças traumatizantes do silêncio e da dominação sobrevivem ao longo do tempo, sendo transmitidas de uma gera-



ção a outra, permanecendo vivas e dando coesão e identidade ao grupo, bem como definindo seu lugar e suas posições irreduzíveis quanto a outros grupos. Habermas, tratando das reações na Alemanha Ocidental, quarenta anos após a Segunda Guerra Mundial, lembra:

*“A história não flui mais sem coerção. Uma barricada erguida com as migalhas moralmente mal digeridas daquele período parece estancar o fluxo do tempo, parece não libertar a história da Alemanha Ocidental para o embate rítmico das vagas de recordações empalidecidas. O esquecimento ainda está sob a coerção do não-poder-esquecer: chamamos a isto de recalque. É como se aqueles doze anos se dilatasse sob a pressão de atualizações sempre renovadas, ao invés de se contraírem em retrospectos cada vez mais distantes. Os presentes passados [die vergangenen Gegenwart] permanecem sinistramente atuais e mantém as discussões mais cheias hoje que nos anos cinquenta e no início dos anos sessenta”.* (Habermas, 1987).

Neste sentido, a ação do tempo atua para ambos os lados: o da memória oficial e o da clandestina. O repensar o passado com as experiências do presente, característico da memória, implica a consideração de uma temporalidade diferente, que não é nem passado nem presente, mas a própria atualização de ambos. Essa “destemporalização” permitida pela memória (que implica, necessariamente, olhar o passado, mas com os olhos e a experiência do presente) dá, à própria história, a possibilidade de fugir das convenções pautadas pelas ideologias dominantes e perceber aquilo que é o não-familiar, o surpreendente, o estranho, o involvidável. Não há, com isto, apenas a busca de esclarecimento, mas, sobretudo, do desvendar de novas perspectivas de um mesmo processo, ampliando o horizonte histórico e da própria humanidade.

Assim, há que haver um distanciamento que permita ver no presente suas lacunas e repetições permitindo observá-las e

**Memória: fragmentos de um processo histórico**

*Adriana Thomazotti Claro Roberto*



**Memória: fragmentos de um processo histórico**

Adriana Thomazotti Claro Roberto

analisá-las, percebendo-as fora da concepção do imediatamente presente e enquanto possibilidade de construção de uma crítica.■

*Abstract:* The objective of this article is to establish the links between memory and history in the process of creating social coherence, in particular regarding the historicity of memory (for each historical moment, memory presents itself in different manner) and it's role in the build up of history (through selective processes of choice of 'memories' that become history).

*Uniterms:* memory, memory collective, history

## **Bibliografia**

ARENDT, Hannah; *Entre o Passado e o Futuro*; São Paulo, Perspectiva, 1972.

BOSI, Ecléa; *Memória e Sociedade*; São Paulo, T. A. Queiróz, 1979.

FOUCAULT, Michel; Nietzsche, a Genealogia e a História; In *Microfísica do Poder*; Rio de Janeiro, Graal, 1979.

\_\_\_\_\_; *A Arqueologia do Saber*, Petrópolis, Vozes, 1972.

IGLESIAS, Francisco; *História e Ideologia*; São Paulo, Perspectiva, 1971.

GINZBURG, Carlo; *História Noturna: decifrando o Sabá*; São Paulo, Companhia das Letras, 1991.

HABERMAS, Juergen; *Nenhuma Normalização do Passado*; Folhetim, Folha de São Paulo, 18/09/1987.

HALBWACHS, Maurice; *A Memória Coletiva*; São Paulo, Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1990.

LE GOFF, Jacques; *História e Memória*; Campinas, SP, Editora da UNICAMP, 1992, 2ª ed.

MEZAN, Renato; *Esquecer? Não: Inquecer*; In Heloisa Fernandes, Tempo do Desejo, São Paulo, Brasiliense, 1988.

MORIN, Edgar; *Para sair do Século XX*; Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1986.



POLLAK, Michel; "Memória, Esquecimento, Silêncio;" In *Estudos Históricos*, São Paulo, Vértice, 1989/3.

VEYNE, Paul; *Como se escreve a História*; Lisboa, Edições 70, 1983.

VOVELLE, Michel; *Ideologias e Mentalidades*; São Paulo, Brasiliense, 1987.

**Memória: fragmentos de um processo histórico**

*Adriana Thomazotti Claro Roberto*